

**PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PORTARIA Nº 418, DE 02 DE MAIO DE 2017.

A CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 38, do Regimento Interno do TJRN, de 09 de setembro de 2008, o art. 24, da LCE 165, de 28 de abril de 1999 e, ainda, o art. 14 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça, de 09 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal, que determina a busca permanente do aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais;

CONSIDERANDO as metas de nivelamento estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

CONSIDERANDO os critérios objetivos para fins de seleção das unidades a serem correicionadas, determinados pelo Regimento Interno da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (CGJ/RN), de 09 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar correições ordinária e extraordinária nos ofícios extrajudiciais abaixo relacionadas:

COMARCA	TIPO DE CORREIÇÃO	VARA JUDICIAL E/OU OFÍCIO EXTRAJUDICIAL	PERÍODO
SÃO BENTO DO NORTE	CORREIÇÃO ORDINÁRIA	OFÍCIO DE PEDRA GRANDE	29/05/17 a 02/06/17
	CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA	OFÍCIO ÚNICO SEDE OFÍCIO DE CAIÇARA DO NORTE OFÍCIO DE GALINHOS	

Art. 2º. Os trabalhos correicionais serão realizados semanalmente, com início às 13h da segunda-feira, e término às 12h da sexta-feira, devendo a Seção de Correição e Fiscalização Extrajudicial adotar as seguintes providências:

I – expedir edital para ciência dos advogados, autoridades relacionadas com os serviços a serem corrigidos e público em geral;

II – oficiar ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ao Procurador Geral de Justiça do Estado, ao Corregedor Geral do Ministério Público Estadual, ao Defensor Público Geral, ao Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado e ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccinal do RN, informando-lhes acerca das citadas Correições;

III – oficiar aos Juízes de Direito das referidas unidades judiciais, comunicando-lhes a realização das mencionadas correições e que estes diligenciem no sentido de:

a) Oficiar aos membros do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual, que atuam nas respectivas unidades, informando-lhes acerca da correição;

b) Convocar para o ato de abertura e acompanhamento dos trabalhos correicionais todos os funcionários dos Ofícios Extrajudiciais;

c) Ordenar aos titulares dos Ofícios Extrajudiciais que relacionem, por natureza da matéria, todos os livros obrigatórios dos seus Ofícios e os facultativos, se existentes, e apresentem todos os arquivos que comprovem a regularidade do envio aos órgãos públicos das informações a que estão sujeitos a fornecê-las em cumprimento a legislação pertinente, e ao Código de Normas da Corregedoria da Justiça, observando-se o previsto no parágrafo único deste artigo;

d) Determinar a ampla divulgação da correição, observados os costumes locais.

Parágrafo único. As correições a serem realizadas nos livros e arquivos dos ofícios extrajudiciais ocorrerão a partir da data da última correição procedida pela Corregedoria de Justiça.

Art. 3º. Durante a instalação dos trabalhos, os eventuais pedidos de providências relacionados às atividades extrajudiciais, dentre outros, bem com as sugestões sobre os referidos serviços, deverão ser formulados, por escrito, ao Secretário da Correição.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Desembargadora Maria Zeneide Bezerra
Corregedora Geral de Justiça/TJRN**